



GOVERNO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**ATA XXII REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL**

Brasília/DF  
06 de Julho de 2016

1 No dia 06 do mês de julho de 2016, no Auditório do Anexo I, Térreo do Palácio do  
2 Planalto, Brasília, DF, foi realizada a XXII Plenária Ordinária do Conselho Nacional de  
3 Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão de assessoramento da Presidência da  
4 República, instituído por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu art. 1º, §  
5 1º, inciso III, e pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e regulamentado pelo  
6 Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta  
7 proposta: Manhã – 1-Aprovação da pauta e Informes Gerais – Maria Emília Lisboa  
8 Pacheco, Presidenta do Consea – 14h às 14h15 2- Os impactos da crise política e  
9 econômica sobre a Política de SAN – 14h15 às 16h 2.1- Posicionamento do Consea 2.2-  
10 Manifestação do Ministro Osmar Terra do Ministério do Desenvolvimento Social e  
11 Agrário 2.3- Debate e encaminhamentos 3- Discussão e aprovação de Exposições de  
12 Motivos e Recomendações – 16h às 17h 3.1- Exposição de motivos *ad referendum* de  
13 solicitação do veto à autorização da pulverização aérea. 3.2- Recomendação ao Ministério  
14 da Saúde para realização de consulta pública sobre pulverização aérea. 3.3- Outras  
15 Exposições de Motivos e Recomendações. 4- **Apresentação do Relatório Anual**  
16 **2015/2016 do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) - "**  
17 **A alimentação como vetor de maus tratos e tortura"**- Ribamar Araújo e equipe  
18 de peritos(as) do MNPCT vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos – 17h às  
19 17h30 5- **Encerramento** – 17h30. **A abertura** dos trabalhos foi feita pela presidenta do  
20 Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco, com o tema – 1- **APROVAÇÃO DA PAUTA E**  
21 **INFORMES GERAIS**. Em especial, tratou da petição encaminhada a Food and  
22 Agriculture Organization (FAO) pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e  
23 que trata da liberação de agrotóxicos no Brasil. Depois destacou como tema central da  
24 pauta o impacto da crise política e econômica na política de segurança alimentar e  
25 nutricional. Outros temas de relevância que seriam tratados: a liberação da pulverização  
26 aérea em combate ao mosquito *Aedes Aegypti* e a apresentação da Secretaria Especial de  
27 Direitos Humanos do Maranhão. Em seguida, iniciou-se a leitura da Exposição de Motivos  
28 n. 03/2016, lida pela Sra. Cristiane. **2 - OS IMPACTOS DA CRISE POLÍTICA E**  
29 **ECONÔMICA SOBRE A POLÍTICA DE SAN - 2.1- POSICIONAMENTO DO**  
30 **CONSEA** - Ao final da leitura, a Sra Maria Emília convidou o Ministro Osmar Terra para  
31 compor a mesa juntamente com seu secretário Caio Rocha. Nesse momento, a Sra Maria  
32 Emília fez um breve relato da percepção do colegiado com relação ao momento político, à  
33 demanda no tocante aos agrotóxicos e aos índios Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

34 Dando sequência, convidou o Sr. Amaral, representante da Comissão Permanente 5 – que  
35 trata de Povos e Comunidades Tradicionais – para leitura de uma carta. Lida a carta, foi  
36 passada a palavra ao Ministro. **2.2- MANIFESTAÇÃO DO MINISTRO OSMAR**  
37 **TERRA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO – O**  
38 Ministro discorreu sobre sua atuação na vida pública, sua formação, seus cargos, suas  
39 ações em temas afetos à segurança alimentar e nutricional. Em sua fala, procurou  
40 esclarecer rumores sobre a intenção do governo Temer em diminuir a importância das  
41 ações de assistência social. Inclusive, ressaltou algumas ações que estão sendo fortalecidas  
42 e não diminuídas pelo seu ministério. Ao final a Sra. Maria Emília passou a palavra aos  
43 conselheiros. **2.3- DEBATE E ENCAMINHAMENTOS –** Ubiracy Dantas Oliveira  
44 (Bira) julgou a fala do ministro contraditória em relação à situação econômica do país,  
45 geração de emprego e renda, política externa, política de assistência social, política  
46 trabalhista. Segundo ele, as ações do atual ministro tendem a retirar direitos dos  
47 trabalhadores. Carlos Eduardo Souza Leite (Caê) disse não considerar esse governo como  
48 permanente. Discorreu também sobre sua percepção da situação política do país e como  
49 esta propiciou a fragilização do processo democrático. Questionou o ministro sobre cortes  
50 orçamentários que podem afetar a política de segurança alimentar. Regina Nogueira  
51 comentou sobre os preconceitos vividos e ainda presentes com relação aos Povos de Matriz  
52 Africana e da importância de ter os Povos e Comunidades Tradicionais como pauta central  
53 na manutenção e preservação da segurança alimentar, e principalmente no fortalecimento  
54 da soberania alimentar do Brasil. Dourado Tapeba apresentou-se como representante dos  
55 povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo ele, o governo tem  
56 pouco enfoque nas questões estruturais dos indígenas, preocupando-se apenas com as  
57 emergenciais. O Ministro Osmar Terra disse haver muitos pontos de divergência, muito  
58 idealismo nas falas e que espera poder dialogar nos pontos em que há convergência.  
59 Afirmou acreditar que o processo político foi democrático, haja vista ter sido cancelado  
60 pelo Supremo Tribunal Federal. Reforçou a necessidade de discutir a pauta de SAN. Disse  
61 que muitas das notícias de desconstrução de políticas não são verdadeiras, que não haveria  
62 descontinuidade. Maria Emília dirigiu-se ao ministro expondo que “o debate que nós  
63 fazemos aqui, não é um debate que nós possamos secundarizar ou considerar meramente  
64 ideológico, é primariamente um debate político profundo sobre o destino do país”.  
65 Ressaltou ainda que a seriedade do Consea e seu reconhecimento fora do país deveria ser  
66 levado em consideração. Questionou algumas posições e atitudes tomadas pelo governo,

67 inclusive a nomeação de alguns cargos. Finalizou esta sua fala afirmando querer ampliação  
68 dos direitos conquistados. O Ministro se dispôs a discutir qualquer tema, mas ressaltou que  
69 o ideal seria não discutir teorias ideológicas e sim adotar um discurso prático sobre o que o  
70 Conselho e o ministério podem fazer juntos para mudar a realidade. Disse ainda que sua  
71 ida ao Conselho tinha como objetivo reforçar o papel do Consea. **3- DISCUSSÃO E**  
72 **APROVAÇÃO DE EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS E RECOMENDAÇÕES - Sra.**  
73 **MARIA EMÍLIA PACHECO 3.1- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AD REFERENDUM**  
74 **DE SOLICITAÇÃO DO VETO À AUTORIZAÇÃO DA PULVERIZAÇÃO AÉREA. 3.2-**  
75 **RECOMENDAÇÃO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE**  
76 **CONSULTA PÚBLICA SOBRE PULVERIZAÇÃO AÉREA. 3.3- OUTRAS**  
77 **EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS E RECOMENDAÇÕES.** Maria Emília iniciou sua fala  
78 convidando o Secretário de Segurança Alimentar, Caio Rocha, a permanecer na  
79 composição mesa. Em seguida, ponderou sobre a exoneração de Milton Rondó do cargo de  
80 Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério de Relações  
81 Exteriores (CGFOME/MRE). Em seu discurso, elogiou o trabalho de Rondó e propôs a  
82 votação de uma nota de desagravo. A proposta de nota foi aprovada com duas abstenções.  
83 Seguiu-se então para a fala dos inscritos que comentaram sobre percepções pessoais quanto  
84 à situação política, bem como quanto à atuação do novo governo na condução de políticas  
85 sociais e econômicas. Ao final, Maria Emília fez um resumo do que foi abordado pelos  
86 inscritos. Caio Rocha ponderou sobre algumas abordagens feitas. Em especial, falou do seu  
87 esforço em trazer todos os temas afetos à segurança alimentar para sua pasta. Maria Emília  
88 iniciou a leitura das propostas de exposição de motivos. Nesse sentido, fez um breve relato  
89 dos temas a serem abordados nesses documentos. Mariazinha tratou de documento com  
90 temática indígena, o qual recomendava ao Supremo Tribunal Federal que fosse feita a  
91 revisão da decisão que anulou o processo de demarcação da terra indígena Guyraroká em  
92 Mato Grosso do Sul. Em suma, o documento tratava dos marcos legais, ações que se  
93 considerava prejudiciais aos indígenas e sobre o que se estava elaborando para se resolver a  
94 questão. Documento aprovado. Elisabetta Recine leu recomendação ao Ministério da Saúde  
95 sobre defesa do guia alimentar para a população brasileiras em relação a pressões dos  
96 interesses comerciais e econômicos e à valorização de seus princípios e sugestões como  
97 instrumentos fundamentais para garantir a segurança alimentar e nutricional da população  
98 brasileira. Ana Paula Bortoletto leu a recomendação sobre Rotulagem de alimentos, a qual  
99 destaca que a norma anteriormente criada está sendo questionada judicialmente, logo se

100 propôs um nova redação: “...definindo a legalidade e a urgência da rotulagem de alimentos  
101 que causam alergia alimentar...”. Ademais, comentou que em relação ao mesmo teor dessa  
102 manifestação, seria importante enviar uma recomendação do CONSEA a cada um dos  
103 juízes responsáveis pelas ações judiciais que estão abertas contra a norma. Em seguida  
104 Maria Emília pondera que seriam duas coisas. Uma manifestação pública do CONSEA,  
105 chamando atenção para a importância dessa RDC da ANVISA e uma recomendação  
106 dirigida ao Poder Judiciário a fim de que considerem analisar o teor da RDC exatamente  
107 em razão do número dessas ações interpostas pelas empresas. Fernando Priosti  
108 acrescentou que seriam dois documentos. O primeiro abordaria uma exposição de motivos  
109 referente a dois projetos de Lei que estavam tramitando na Câmara dos Deputados e que  
110 dizem respeito à regulação jurídica dos agrotóxicos. Tal exposição de motivos trataria da  
111 ação do Governo, especificamente do Ministério do Meio Ambiente, ela seria enviada  
112 diretamente ao Presidente da República para que se intervenha o mais rápido possível  
113 nessa situação. O segundo documento seria uma recomendação ao Congresso Nacional  
114 solicitando a rejeição dos projetos de Lei 6.299/2002 e 3.200/2015, os quais alteram e  
115 revogam, respectivamente, a Lei 7.802/89 e a Lei atual dos agrotóxicos. Sugestão de  
116 Fernando foi aprovada. Em seguida, Renato Maluf informou sobre a possibilidade de  
117 extinção da área de segurança alimentar do MCTI, sendo assim importante alguma forma  
118 de manifestação do Consea sobre este assunto. Maria Emília contextualizou a fala do  
119 Renato ao dirigir-se ao secretário Caio Rocha explicando-lhe que a questão levantada pelo  
120 Renato era um exemplo da atuação do Conselho em assuntos não ideológicos e sim  
121 políticos, pois a extinção da área de SAN do MCTI exemplificava uma perda para a  
122 política pública de SAN e a perda de direitos já assegurados anteriormente. Marcos  
123 ressaltou que com a extinção apresentada pelo Renato haveria a possibilidade de  
124 apropriação indevida da agenda de biotecnologia/transgênicos pelo MCTI. A respeito  
125 disso, Sônia Lucena julgou ser necessário entender a segurança alimentar sobre o ponto de  
126 vista da vida e não somente da biotecnologia. Rogério Neuwald apresentou dois informes.  
127 O primeiro sobre a saída do Silvino Heck da Secretaria de Governo, ficando esta sem  
128 representante no Consea, de forma que uma substituição está sendo providenciada. O  
129 segundo em relação ao informe dado durante Reunião Interconselhos, na qual se afirmou  
130 ser necessário dar continuidade à política de agroecologia e de agricultura orgânica. Pedro  
131 Kitoko sugeriu celeridade ao processo de encaminhamento da proposta do Renato. Magali  
132 – acrescentou que o Consea deveria solicitar a confirmação da informação para posterior

133 manifestação. Sônia Lucena propôs que o Consea se articule com os próprios  
134 representantes da Secretaria de SAN do MCTI. Em seguida, Maria Emília agradeceu aos  
135 representantes da Funai pela recepção quando da visita aos índios da tribo Guarani-Kaiowá  
136 e fez um breve relato da situação deles. Depois, apresentou a nova servidora da Assessoria  
137 de Comunicação da Secretaria Executiva do Consea, Ivana Machado e agradeceu o  
138 trabalho de Marcelo Torres, também da Secretaria Executiva, durante a visita aos Guarani-  
139 -Kaiowá. Feito isso, anunciou o exercício de mandato de novos presidentes em alguns  
140 Conseas estaduais. Em seguida, anunciou os dois jogos produzidos pela Secretaria  
141 Executiva do Consea, jogos que englobam o tema Comida de Verdade e outro infantil,  
142 denominado a hora do lanche. Ao final, falou sobre a saída de Marcelo Gonçalves para  
143 cursar pós-graduação na área de segurança alimentar e que Mirlane Guimarães ocuparia  
144 interinamente o cargo de Secretária Executiva do Consea Nacional. **4- APRESENTAÇÃO**  
145 **DO RELATÓRIO ANUAL 2015/2016 DO MECANISMO NACIONAL DE**  
146 **PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (MNPCT) - " A ALIMENTAÇÃO**  
147 **COMO VETOR DE MAUS TRATOS E TORTURA.** Ribamar e Tais Duarte  
148 discorreram sobre os resultados do relatório anual de 2015/2016 do Mecanismo Nacional  
149 de Prevenção e Combate à Tortura, cujo título é: “Alimentação como vetor de maus tratos  
150 e tortura”. Marcos lembrou o encontro temático realizado no Maranhão e a  
151 recomendação que surgiu a partir deste encontro em defesa da proteção de direitos  
152 alimentares da população negra, inclusive daqueles em restrição de liberdade. Pediu para  
153 recordar essa recomendação. Norma enalteceu o trabalho de Ribamar. Ribamar ressaltou  
154 alguns pontos da falas de Marcos e de Norma. Enfatizou o trabalho feito por Tais Duarte.  
155 Maria Emília finalizou a plenária com alguns agradecimentos e lembretes. Em especial,  
156 lembrou que no dia 27 de julho pela manhã e no dia 28 de julho o dia inteiro haveria  
157 reunião da mesa diretiva do CONSEA e dia 27 à tarde estava prevista uma nova reunião  
158 Interconselhos.